

**CONVENÇÃO
COLETIVA DE TRABALHO
2010/2011**

O **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CURITIBA**, regularmente registrado perante o MTE sob o nº 224.148/1956, com sede na Rua Cândido Lopes, nº 289, Ed. Tijucas, 15º andar, em Curitiba – PR, neste ato representado por sua Presidente, Srª Isabel Cristina Gonçalves, portadora da CI/RG nº 2.108.196-5 e do CPF nº CPF Nº 355.430.789-00 e o **SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE MEDICINA DE GRUPO**, registrado perante o MTE sob o nº 24440.005817/87, com sede na Av. Paulista, nº 171, 11º andar, em São Paulo e Sub-Delegacia Sindical no Estado do Paraná, com sede Av. Mal. Floriano Peixoto, nº 306, cj. 194/195, neste ato representado pelo seu Delegado Regional, Dr. Benedito de Andrade Ribeiro, portador da CI/RG nº 3.740.065-SP e do CPF nº 018.365.878-72, todos ao final assinados e identificados, bem como por seus respectivos advogados, estabelecem a presente **Convenção Coletiva de Trabalho**, o que fazem nos seguintes termos e condições:

01) VIGÊNCIA

Este instrumento terá vigência de doze meses, contados a partir de 1º de maio de 2010 até 30 de abril de 2011.

02) AUMENTO SALARIAL

Será concedido aumento de **6% (seis por cento)** sobre os salários praticados em **Mai/09**, ressalvando-se às empresas o direito de regularizar estes pagamentos até a data do pagamento do salário de Julho/2010, em razão da celebração tardia deste instrumento

Parágrafo Único: Serão compensados todos os reajustes salariais concedidos após 01.05.2009, ficando ressalvados os aumentos decorrentes de promoção, transferências e equiparação salarial, expressamente concedidos a estes títulos.

03) VALE REFEIÇÃO

A partir de 1º de maio de 2010 as empresas concederão a todos os empregados um auxílio alimentação mensal no valor de **R\$ 110,00 (cento e dez reais)**. Tal auxílio, que poderá receber as denominações de "vale alimentação", "vale refeição", "auxílio alimentação", entre outros, poderá ser concedido em dinheiro ou em

tickets, não gerando reflexo de espécie alguma, nem configurando salário "in natura", sob qualquer hipótese.

Parágrafo Primeiro: Este benefício deverá ser concedido aos trabalhadores, mesmo na fluência do período das férias funcionais.

Parágrafo Segundo: Para todos os fins, as partes declaram que a presente cláusula terá vigência de doze meses.

04) TICKET REFEIÇÃO

A partir de 1º de maio de 2010 as empresas concederão a todos os empregados que trabalhem em regime de 8 (oito) horas diárias o benefício do "ticket refeição" no valor de **R\$ 6,00 (seis reais)** por dia de serviço ou, alternativamente, fornecerão alimentação em refeitório próprio em valor equivalente ao ora estipulado.

Parágrafo Primeiro: Este benefício, para todos os fins de direito, não gera reflexo de espécie alguma, nem configura salário "in natura", sob qualquer hipótese.

Parágrafo Segundo: Este benefício será concedido retroativamente a Maio/2010, podendo as empresas efetuar o pagamento parcelado, em até 2 (duas) vezes, das verbas vencidas, até a data de assinatura deste instrumento.

Parágrafo Terceiro: Para todos os fins, as partes declaram que a presente cláusula terá vigência de doze meses.

05) PISOS SALARIAIS

Os pisos salariais da categoria ficam assim estabelecidos:

a) Contínuo, guarda, vigia, porteiro, auxiliar de cozinha, lavanderia, auxiliar de costura, copeira, zeladora, serventes, lactarista e costureira - **R\$ 550,00**

b) Secretária, cozinheira, recepcionista, auxiliar de escritório, auxiliar de departamento pessoal, auxiliar de contabilidade, auxiliar de escritório e motorista - **R\$ 585,00**

c) Auxiliar de farmácia, almoxarife, cardexista, auxiliar de serviço social, auxiliar de manutenção, auxiliar odontológico, atendentes de enfermagem, massagista, telefonista e socorrista - **R\$ 610,00**

d) Auxiliar de cobaltoterapia, auxiliar de enfermagem, auxiliar de hematoterapia, auxiliar de laboratório e auxiliar de câmara escura - **R\$ 698,00**

e) Técnico de enfermagem, técnico de laboratório, técnico de raio-X, técnico de cobaltoterapia e cito-técnico - **R\$ 764,00**

f) Enfermeiros, Assistentes Sociais, Psicólogos, Nutricionistas e Bacharel em Informática - **R\$ 1.030,40**

Parágrafo Único: Os pisos estabelecidos neste "caput" ficam determinados para o ingresso dos trabalhadores nas categorias nele descritas.

06) GARANTIA DE EMPREGO

Fica a relação de emprego garantida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, pelo período de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura deste instrumento, salvo comprovação de justa causa e mútuo consentimento manifestado perante o sindicato.

Parágrafo Único: Em razão da necessidade de registro desse instrumento, perante o Sistema Mediador (MTE), fica certo que a estabilidade aqui instituída terá como **marco inicial a data de assinatura deste documento escrito**, independentemente de outros prazos e datas, relativos ao processo digital de depósito desta CCT.

07) FÉRIAS

O início do gozo das férias sempre começará após os sábados, domingos e feriados ou dia de compensação do repouso semanal remunerado.

Parágrafo Primeiro: O pagamento das férias será efetuado 02 (dois) dias antes do início da mesma.

Parágrafo Segundo: Na cessação do contrato de trabalho o empregado com mais de 06 (seis) meses de serviço terá direito às férias proporcionais.

Parágrafo Terceiro: Sempre que as férias forem concedidas após o período de fruição, a empresa deverá pagá-las em dobro, conforme estabelece o artigo 137, da CLT.

08) JORNADA DE TRABALHO

Fica acordado entre as partes o seguinte:

a) Jornada de Trabalho de 12 (doze) horas por 36 (trinta e seis) horas de repouso, sendo concedida 01 (uma) hora de folga para refeição e descanso ou pagamento desta como hora extraordinária.

b) Jornada de Trabalho de 12 X 36, sendo que nos locais onde existam leitos para internamentos e os que funcionem ininterruptamente, serão concedidas 2 (duas) folgas mensais, podendo estas ser pagas como horas extras às que excederem às 36 (trinta e seis) horas semanais.

b.1) Instituído-se a Jornada de 12 X 36 horas, as horas trabalhadas além da 36ª semanal serão pagas com adicional de 50% (cinquenta por cento), ficando certo que o excesso diário, além da 6ª hora não será considerado como hora extra, em face da compensação pela ausência de trabalho no dia seguinte.

c) Na jornada de 6 (seis) horas diárias, em 6 (seis) dias da semana (36 horas semanais), fica autorizada a concessão de folga alternada no sábado ou no domingo. Desse modo, quando a folga ocorrer no 8º (oitavo) dia não implicará em infração ao artigo 67, da CLT, eis que este sistema de folga visa proporcionar ao empregado o descanso em finais de semana.

Parágrafo Único: Nestes locais, onde haja turno ininterrupto, os setores que não funcionarem ininterruptamente, obedecerão a jornada máxima de 44 horas semanais, podendo ser efetuada dentro da escala de 12 X 36, com pagamento das horas extraordinárias que excederem às 44 (quarenta e quatro) horas semanais, desde que estas não sejam compensadas em outro dia.

09) ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

O adicional de horas será de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal, enquanto que, as horas extras laboradas em domingos e feriados serão remuneradas com o adicional de 100 % (cem por cento).

10) ADICIONAL NOTURNO

O adicional noturno será pago com adicional de **30% (trinta por cento)** a incidir sobre o salário/hora base, no período compreendido das 22:00 às 05:00 horas.

11) JORNADA EM FERIADO

Aos empregados, que trabalharem no regime de 12 X 36 e que cumprirem este horário em **feriados**, ficará garantida a remuneração de 100% (cem por cento), sobre a hora normal, desde que não seja concedida folga compensatória.

12) ANUÊNIO

As empresas comprometem-se a pagar o adicional por tempo de serviço, na ordem de 1% (um por cento),

calculado sobre o salário base, por ano de trabalho na mesma empresa, computado a partir do ano de 1976, limitados ao acréscimo máximo de 30% (trinta por cento) do salário.

13) PLANTÃO A DISTÂNCIA

Quando houver solicitação expressa do empregador, para prestar serviço em regime de "stand by", ficará assegurado ao trabalhador a gratificação correspondente à 1/3 (um-terço) de remuneração contratual, cujo benefício não exclui o pagamento das horas extraordinárias, efetivamente trabalhadas, quando convocado.

14) ASSISTÊNCIA MÉDICA

Os empregadores garantirão aos seus funcionários que expressamente manifestarem seu interesse, uma vez terminado o período do contrato de experiência, ASSISTÊNCIA MÉDICA GRATUITA, de acordo com o contrato padrão básico comercializado pela empresa-empregadora, ficando tal benefício, desde já, excluído da remuneração, para todos os fins.

Parágrafo Primeiro: O empregado que pleitear a sua inclusão no plano básico acima exposto, terá como subentendida a sua anuência com todas as cláusulas previamente estabelecidas naquele contrato de adesão.

Parágrafo Segundo: Na hipótese do funcionário desejar agregar maiores coberturas (segmentação) ao plano básico oferecido, este se sujeitará ao pagamento de mensalidades adicionais.

Parágrafo Terceiro: Na hipótese de afastamento do trabalhador das funções, por período superior a 24 (vinte e quatro) meses a empresa poderá suspender a concessão deste benefício, após comunicado por escrito nestes sentido, desde que este afastamento não tenha como causa acidente de trabalho e/ou doença ocupacional, legalmente reconhecidos.

15) CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O contrato de experiência não poderá exceder ao limite legal de **90 (noventa) dias**, podendo ser renovado uma única vez, conforme determina o artigo 445, § único, da CLT.

16) LIBERAÇÃO DOS EMPREGADOS

Para representação da entidade obreira e participação em encontros, palestras, reuniões, assembleias, congressos, cursos e outras promoções sindicais, ou de organismos oficiais, poderão ser indicados pela entidade profissional, os empregados que comprovarem a

condição de dirigente sindical, no limite máximo de 5 (cinco) dias por ano.

Parágrafo Único: Para a referida licença, deverá o sindicato profissional, formalizar solicitação ao empregador com 15 (quinze) dias de antecedência mínima.

17) ABONO DE FALTA DO EMPREGADO ESTUDANTE

É garantido ao empregado estudante o abono de suas faltas ao trabalho, quando da prestação de provas, exames escolares, profissionalizantes e vestibulares, desde que seja comunicado com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, exceto nos casos em que o exame seja marcado com prazo inferior.

18) UNIFORMES

É obrigatório o fornecimento de uniformes para todos os empregados, nos padrões estabelecidos em cada empresa. Aqueles estabelecimentos que exigirem o uso de blusa de frio, sapato de determinada padronagem ou cor deverão fornecê-los gratuitamente, ficando o empregado, em todos as hipóteses, obrigado a restituí-los à empresa, quando assim solicitado.

19) AVISO PRÉVIO

No caso de dispensa sem justa causa, o aviso prévio, deverá sempre ser:

a) de 30 dias para todos os trabalhadores com tempo de serviço inferior a 5 anos.

b) de 45 dias aos trabalhadores que contarem com mais de 5 anos consecutivos na mesma empresa.

Parágrafo Único: No caso de rescisão sem justa causa, o empregado com mais de 5 (cinco) anos, será dispensado do cumprimento do aviso prévio, mediante o pagamento da respectiva indenização.

20) GARANTIA DE EMPREGO DA GESTANTE

À empregada gestante fica assegurada a garantia no emprego desde o início da gestação até 05 (cinco) meses após o parto.

21) LICENÇA PATERNIDADE

A empresa concederá aos seus empregados do sexo masculino o abono de 5 (cinco) dias, em função de nascimento ou adoção de filho.

22) LICENÇA GALA / LICENÇA LUTO

A empresa concederá 03 (três) dias consecutivos de licença ao empregado que contrair matrimônio e 03 (três) dias consecutivos de licença ao empregado quando do falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmãos, avós ou pessoa que viva sob sua dependência.

23) LICENÇA PARA ADOÇÃO

A empresa concederá às empregadas do sexo feminino, licença remunerada de **30 (trinta) dias** para a adoção de filho. O período de licença será contado a partir do dia da entrega, a contra-protocolo, do termo de guarda e responsabilidade.

24) AMAMENTAÇÃO

A empresa concederá a empregada que solicitar expressamente, licença destinada à amamentação, de uma hora por dia (considerando-se a jornada de oito horas), até 06 (seis) meses após o nascimento do lactente. Estes dois intervalos poderão ser cumulados em um único intervalo de uma hora diária, desde que seja do interesse das partes.

25) LANCHES E REFEIÇÕES

Aos trabalhadores que prestarem serviço no período noturno as empresas fornecerão graciosamente lanche básico, consistente em pão com manteiga, café com leite, sem que se caracterize salário "in natura".

26) CARTÕES-PONTO

Os cartões-ponto deverão refletir as jornadas efetivamente trabalhadas, ficando vedada a retirada dos mesmos, para impedir o registro da hora em que se encerra o trabalho diário, bem como ser efetuado o registro por terceira pessoa.

Parágrafo Primeiro: Fica facultado às empresas dispensar o registro do intervalo para refeição, desde que o mesmo esteja pré-assinalado no cartão ponto.

Parágrafo Segundo: Havendo anotação eletrônica de jornada, efetuada através de crachá individual, as empresas ficam dispensadas de colher a assinatura mensal nos respectivos cartões-ponto, desde que não haja oposição escrita do trabalhador.

27) ESTABILIDADE DE ACIDENTADO

Fica assegurada a estabilidade provisória ao empregado acidentado, pelo prazo de 12 (doze) meses, contados do término da licença previdenciária, desde que haja

afastamento superior a 15 (quinze) dias, conforme estabelece o artigo 118, da Lei nº 8.213/91

28) ESTABILIDADE AO SERVIÇO MILITAR

Fica assegurada a estabilidade no emprego, ao empregado convocado para prestar serviço militar a partir da efetiva convocação, até 30 (trinta) dias após a referida baixa.

29) ABONO APOSENTADORIA

Fica instituído, a partir da data de assinatura deste instrumento, o abono em epígrafe, equivalente ao último salário base do trabalhador. Tal verba deverá ser paga juntamente com as verbas rescisórias devidas ao funcionário que vier a se afastar de suas funções, por ocasião da concessão de sua aposentadoria.

30) EXAMES MÉDICOS

Os exames médicos pré-admissionais, periódicos e demissionais, serão obrigatórios, nos termos da NR 07, da Portaria 3214/78. A recusa do empregado em atender a convocação para a realização dos exames configura JUSTA CAUSA.

31) ATESTADOS MÉDICOS

Somente serão aceitos atestados médicos, psicológicos e odontológicos fornecidos por médicos dos convênios oferecidos pela empresa empregadora.

Parágrafo Único: Na hipótese do funcionário não ser conveniado, também serão aceitos os atestados fornecidos pela Previdência Social.

32) PAGAMENTOS

Se o pagamento do salário for em cheque, a empresa dará ao trabalhador o tempo necessário para descontá-lo, no mesmo dia, e dentro da jornada de trabalho, excluindo-se os horários de descanso e refeição. (PN117)

33) COMPROVANTE DE PAGAMENTO

O pagamento do salário será mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado com identificação da empresa, e do qual constará a remuneração, com discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, discriminando os valores de F.G.T.S. e o desconto de INSS.(PN093)

Parágrafo Único: Na hipótese do pagamento ser efetuado através de transmissão bancária, as empresas ficarão dispensadas de colher do trabalhador a anotação da data e assinatura do recibo.

34) COMPOSIÇÃO SALARIAL

Não será admitida, em nenhuma hipótese, a existência de salário compositivo e não será considerada paga, nenhuma parcela que expressamente não figure destacadamente dos recibos mensais.

35) ATRASO DE PAGAMENTO

Em caso de atraso no pagamento dos salários, as empresas ficarão obrigadas a pagar aos empregados prejudicados, multa de 2/30 avos do salário por dia de atraso, limitados a um salário do trabalhador prejudicado. Quando, comprovadamente o trabalhador der causa a mora, esta multa fica expressamente excluída.

36) RETENÇÃO INDEVIDA DA CTPS

A empresa que reter por mais de 15 (quinze) dias a CTPS do trabalhador, pagará indenização equivalente a um dia de salário por dia de atraso, limitado a 30 (trinta) dias, salvo quando for o trabalhador quem der causa à mora (não atendendo à solicitação para retirada da CTPS), hipótese em que esta multa ficará expressamente excluída

37) SALÁRIO "in natura"

Os benefícios graciosamente ofertados "in natura", como creches, cursos, bolsas de estudo, cesta básica, lanches, auxílio alimentação (entre outras denominações), ticket refeição, etc., pela sua natureza, não integram ao salário do empregado.

38) SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Todo o trabalho realizado em regime de substituição deverá ser pago com remuneração igual àquela percebida pelo substituído, enquanto perdurar a substituição, excetuando-se as vantagens de caráter pessoal e o plano de cargos e salários de cada empresa.

39) ALTERAÇÃO NO CONTRATO DE TRABALHO

Nos termos do artigo 468, da CLT, nos contratos individuais de trabalho qualquer alteração de caráter contratual, inclusive sobre jornada e turno, somente será lícita com a concordância do empregado e, ainda assim, desde que não resulte direta ou indiretamente em prejuízo para ele.

40) PROMOÇÃO PROFISSIONAL

O atendente de enfermagem será promovido automaticamente ao cargo de Auxiliar de Enfermagem, mediante a apresentação documentada de diploma técnico à empresa, desde que já registrado no respectivo Conselho.

41) DANIFICAÇÃO DE MATERIAIS

Fica vedado o desconto nos salários ou mesmo imposição de pagamento por parte do empregador, dos valores referentes aos danos causados nos equipamentos de trabalho, usados no exercício da função, bem como, aos materiais perdidos, salvo a comprovação de dolo, negligência ou imperícia do empregado.

42) COMPENSAÇÃO DO SÁBADO

O acréscimo de horas por jornada diária, com vistas a excluir o trabalho aos sábados, não será considerado como "hora extra", desde que limitada a carga horária semanal em 44 horas, dispensando o empregador da necessidade de celebração de acordos individuais.

43) DESCONTOS

É lícito ao empregador proceder descontos no próprio contracheque do empregado, de verbas como Seguro de Vida em grupo, Assistência Médica/Odontológica, Vale Refeição (P.A.T.), Telefonemas Interurbanos, Associação de Funcionários e benefícios dela decorrentes, e Mensalidade Sindical, desde que o empregado as autorize por escrito.

44) AUXÍLIO CRECHE

As empresas propiciarão local ou manterão creches ou firmarão convênios para a guarda dos filhos de funcionários, conforme os parâmetros determinados pela legislação vigente.

45) FOLGAS

As folgas do excesso de jornada não poderão coincidir com os feriados.

46) ATIVIDADES SINDICAIS

Fica assegurado ao Sindicato Suscitante, o direito de utilização de "quadro de aviso" das empresas da categoria Suscitada, para a fixação de informações e assuntos exclusivamente sindicais de esclarecimento dos empregados integrante de sua categoria profissional, desde que haja prévia solicitação à chefia da empresa.

47) COMBATE AO ASSÉDIO

Reafirmando seus propósitos de combate ao assédio moral e assédio sexual, as partes se comprometem, de comum acordo, paritariamente e de forma negociada, a instituir cursos e palestras e a disseminar informativos, dentro do local de trabalho, que busquem a prevenção daquelas práticas.

48) PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

As empresas promoverão a contratação de deficientes físicos, incentivando o cumprimento da Lei 8.213/91.

49) MENSALIDADES SINDICAIS

As empresas efetuarão descontos em folha de pagamento das mensalidades sindicais, na forma do artigo 545, da CLT, devendo recolhê-las até o décimo dia útil de cada mês no Sindicato ou diretamente no Banco autorizado, em guias especiais e/ou recibos, a serem fornecidos pelas entidades obreiras.

Parágrafo Primeiro: As empresas recolherão os valores descontados de todos os empregados abrangidos pela presente convenção até o décimo dia útil do mês.

Parágrafo Segundo: Ao pagamento efetuado com atraso será acrescida multa de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido, ao mês.

50) CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Nos termos do art. 513, alínea "e", da Consolidação das Leis do Trabalho e segundo entendimento manifesto do Supremo Tribunal Federal, sempre que forem notificadas, as empresas descontarão dos salários de seus empregados os valores por ele fixados, respeitados os termos ajustados com o Ministério Público do Trabalho.

Parágrafo Primeiro: Segundo deliberação da Assembléia Geral extraordinária do SINDESC, se procederá o desconto mensal, no importe de 1% sobre o salário base.

Parágrafo Segundo: Cumprido o que foi estabelecido pela AGE do SINDESC, o pagamento dar-se-á até o dia 10 de cada mês, mediante apresentação da listagem, dos empregados, diretamente na sede do Sindicato ou mediante opção de depósito em conta-corrente. Após comprovação do depósito o SINDESC terá 10 dias para envio do respectivo recibo

Parágrafo Terceiro: Sempre que solicitado pela empresa, o Sindicato obreiro remeterá a prova da legitimidade da cobrança acima referida.

Parágrafo Quarto: Conforme consta dos TACs antes mencionados, não serão aceitas oposições coletivas ao desconto em questão, os que forem encaminhado pelo correio, ainda que por A. R. Ainda, serão declarados nulos os pedidos em que ficar demonstrado que as

empresas incentivaram, direta ou indiretamente, os trabalhadores a formular pedidos de oposição.

51) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SINDICAL

Fica instituída, **somente durante a vigência do presente instrumento**, a contribuição social sindical que será paga pelas empresas de Medicina de Grupo ao sindicato obreiro, com a finalidade de auxiliá-lo nos projetos sociais da categoria profissional. Esta contribuição será paga em três parcelas, sendo a 1ª parcela com vencimento até 30/08/2010; a 2ª parcela até 30/11/2010 e da 3ª até 30/03/2011. Cada parcela será de **R\$ 4,00 (quatro reais) por funcionário**, tomando-se por base a quantidade de funcionários registrados no respectivo mês de pagamento.

Parágrafo Primeiro: Este valor deverá ser repassado ao SINDESC, através de depósito único efetuado diretamente na conta-corrente do SINDESC, cabendo ao sindicato obreiro, no prazo de 10 (dez) dias encaminhar recibo de quitação da contribuição.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de inadimplemento será acrescentada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido.

52) CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

A Assembléia Geral fixou a Contribuição Patronal, relativa à negociação Coletiva de Trabalho, objeto desta Assembléia, a ser recolhida ao SINAMGE por todas as empresas de Medicina de Grupo, cujos empregados integrem ou possam vir a integrar a Categoria Profissional do Sindicato Suscitante das referidas negociações, esclarecendo ser irrelevante, para a obrigação de pagar a citada Contribuição, ter ou não a Empresa, nesta data, empregados pertencentes a mencionada Categoria Profissional. A aludida Contribuição Assistencial será cobrada, através de boleto de cobrança bancária direta, enviado pelo correio, cujo valor fixo é de R\$ 76,58 (setenta e seis reais e cinquenta e oito centavos) por empresa, acrescido R\$ 12,03 (doze reais e três centavos) por cada 1000 beneficiários (para empresas com até 250.000 beneficiários cobertos), e R\$ 6,02 (seis reais e dois centavos) por 1000 beneficiários para empresas que exceder a 250.000 beneficiários, cujo montante deverá ser recolhido dentro do vencimento, aos cofres do SINAMGE.

Parágrafo Único: O não pagamento, no respectivo vencimento, atrás aludido, da Contribuição Assistencial ora fixada, incidirá multa moratória de 10% (dez por

cento), sobre o principal de débito acrescido dos juros legais, contados dia a dia, calculados sobre o principal.

53) MULTA CONVENCIONAL

Fica instituída a multa correspondente a 10% (dez por cento) do salário normativo em favor do empregado, pelo descumprimento desta Convenção Coletiva de Trabalho.

54) FORO

Fica eleito o fôro da sede do Sindicato obreiro respectivo, para dirimir eventuais dúvidas oriundas da aplicação ou cumprimento da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

E, por estarem as partes entre si justas e acordados, assinam o presente em sete vias de igual teor e forma.

Curitiba, 08 de julho de 2010.

**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM
ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE
CURITIBA – SINDESC
CNPJ/MF 76.684.067/0001-54
REG. SINDICAL 224.148/1956**

**SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE
MEDICINA DE GRUPO – SINAMGE**

**CNPJ/MF Nº 45.794.567/0001-15
REG. SINDICAL MTE nº 24440.005817/87**

ISABEL CRISTINA GONÇALVES
PRESIDENTE
CPF Nº 355.430.789-00

BENEDITO DE ANDRADE RIBEIRO
DIRETOR REGIONAL DO PARANÁ
CPF Nº 018.365.878-72

JOELCIO FLAVIANO NIELS
OAB/PR Nº 23.031

CASSIANA DE ABEN-ATHAR PIRES GOMES
OAB/PR 15.874